

Unir forças para transformar a indignação em tomada de consciência

Walter Sorrentino*

Bolsonaro assume o que pregou na sua campanha eleitoral: um governo autoritário, carrasco do povo, neocolonizador e retrógrado em valores civilizacionais, assumindo no plano internacional a bandeira antiglobalista, ou seja, do antimultilateralismo, em alinhamento visceral com a estratégia norte-americana.

A marca central imposta ao país pelo governo é de instabilidade política e institucional, crise econômica e social.

O Brasil conhece a mais prolongada crise da história econômica nacional, uma depressão onde a economia não decola nem colapsa, que em cinco anos levou à queda de algo como 8% no PIB e 10% na renda dos trabalhadores. O “mercado” saúda as medidas ultraliberais de austeridade do capital contra o trabalho e de arrocho de emprego, renda e direitos sociais. Destruíram-se conquistas históricas do trabalho, da previdência e do sindicalismo. A taxa de investimento público naufragou, a crise assola Estados e municípios. Enquanto isso, avança célere a desindustrialização.

Socialmente, a chaga é imensa. Os desempregados são 12,6 milhões; trabalham menos do que podem e precisam 28,1 mi; desistiram de procurar ocupação 4,8 mi. Outros 11,7 mi trabalham sem direitos, 5 mi são precarizados por aplicativos, *uberizados*. A extrema pobreza volta aos maiores índices desde 2011, atingindo 13,5 mi de pessoas.

O “Plano Brasil Mais”, recentemente enviado pelo Executivo ao Congresso, é o *Armagedon*: por meio de três propostas de reforma constitucional põem abaixo, se aprovadas, o ordenamento do pacto federativo, o serviço público e o papel indutor de investimentos e garantidor dos direitos sociais por parte do Estado brasileiro. Cessam as obrigações orçamentárias, extinguem-se todo tipo de fundos. Na linha de Estado mínimo radical, *a la Pinochet*, saúde e educação estarão condenadas a contingenciamentos sempre em função do *fiscalismo*.

A linha econômica, dada por Paulo Guedes com apoio de todos os setores conservadores, alimenta a falsa noção de fazer crescer a economia com poupança externa, linha que demonstrou não levar a resultados, nem antes ou agora no Brasil, nem na Argentina de Macri e alhures, sem falar do mundo desenvolvido.

Assim que o Brasil está em desmanche de sua trajetória modernizadora, industrializante, desenvolvimentista e civilizadora.

O governo Bolsonaro encarna em sua estratégia o plano de um ciclo conservador de longo prazo e visa a criar nova ordem política, econômica e social no país, pela cartilha do neoliberalismo senil. Mas essa estratégia não vingará em ambiente democrático. Por isso, é decisivo para Bolsonaro impor

* Vice-presidente nacional e Secretário de Relações Exteriores do PC do B

a Exceção sobre o Estado democrático de direito, descarnar a Constituição, ficar apenas com a capa de liberalismo político.

Está em curso uma escalada autoritária com agressão às instituições e ao equilíbrio de poderes na República, atentados às garantias fundamentais, aos direitos sociais, civis e humanos.

Ele atua com conduta política de permanente conflagração com tudo e todos, inclusive os componentes de seu governo, a mídia, o próprio partido político pelo qual se elegeu. Sem dizer do principal: a criminalização da esquerda política e social, para extirpá-la do cenário político e vedar a via institucional para que chegue novamente a governar o país.

Com isso consolida seu trunfo maior, a imagem de *antissistema*, manejando a bandeira da corrupção e um ubíquo marxismo cultural, provocando intolerância e ódio na sociedade. Apoiar-se também no vasto *lawfare* que criminaliza a política promovido pela Operação Lava Jato, envolvendo diversos órgãos de Estado, também responsáveis pela escalada autoritária e atentatória aos interesses nacionais.

Bolsonaro mostra-se irrefreável em seu afã estratégico, indomável face aos setores de seu governo, subjugou a si os representantes do mercado, os militares que não foram demitidos e mesmo Sérgio Moro. Entroniza apenas um clã ideológico, submetendo a seus desígnios os militares no governo e o próprio Ministro Sérgio Moro. Quanto ao “mercado”, ele terceiriza a responsabilidade para o Congresso Nacional.

Mas isso mantém e acirra a instabilidade política e institucional do país. Há uma governança precária, um de seus filhos pregou abertamente fechar o Supremo Tribunal Federal e o Ato Institucional 5, que entronizou o terror de Estado na ditadura militar. No Congresso não há base de apoio organizada. É clara a insegurança jurídica que isso cria no país, atentando contra os negócios e levando as dissensões até aos meios conservadores com seus interesses comerciais. Na sociedade não há respaldo aos arreganhos autoritários.

Assim, Bolsonaro progressivamente se isola de apoio político interno, bem como no plano internacional, em que promoveu a mais radical e nefasta viragem da política externa brasileira. Até quando dura um governo sem apoio político organizado e de balbúrdias?

Em todo caso, os desígnios das reformas ultraliberais da austeridade vêm sendo vitoriosos, apesar das contradições. A oposição não logra detê-las só no âmbito congressional; a resistência está ativa, mas as mobilizações de massas não têm sido ampliadas e crescentes até o momento. O ambiente no país é tormentoso e francamente regressivo, como se viu com as queimadas na Amazônia e com as irresponsabilidades do governo federal com o vazamento de óleo nas praias do Nordeste, introduz-se na prática a liberdade para matar por parte dos órgãos policiais.

Mas Bolsonaro sabe o que quer e vai perseguir isso a ferro e fogo. Agora organiza um novo partido, deixando mais clara a mensagem *Deus, Pátria e Família*, um novo *integralismo* em nossa história. Está disposto à polarização crescente, sabendo que se mantiver a força de sua base social e eleitoral intolerante já será suficiente para ir ao segundo turno à reeleição em 2022.

É voz corrente que o calcanhar de Aquiles será fazer chegar à ponta da sociedade algum alento ao crescimento econômico, emprego e renda, custeio da saúde-educação-segurança. O fato é que, por

um lado, nada indica que ocorra mesmo a retomada da economia (ainda mais se sobrevir novo repique recessivo na economia mundial, já precificado para 2020), nem se a situação das contas da União, Estados e Municípios obterá melhoria a tempo das eleições de 2020.

Mas, por outro lado, o governo tem reservas inesgotáveis de mais de centena de bilhões com o plano de privatizações radical que prevê desfazer-se de 119 empresas estatais e 22 leilões do Pré-Sal. Na soma dos fatores, ele pode contar, no limite, de que basta a economia não piorar, apenas lidar com as expectativas, para chegar bem a 2022 - sempre na ideia de explorar o antipetismo predominante.

Como se vê, há cálculos políticos em tudo que faz Bolsonaro – é grande a chance de desestabilização por erro de cálculo, pois a oposição não tem sido um contendor à altura. Importante não subestimar sua força: nada indica que seja um desastre passageiro.

Há dois fatos novos na conjuntura. Bolsonaro e seus filhos se veem em meio a mais uma crise política com as vigorosas denúncias de ligação com milicianos envolvidos na morte de Marielle Franco. De outra parte, a boa nova foi a conquista democrática, ainda parcial, de Lula ter sido solto da prisão. Uma vitória para as garantias fundamentais e os mandamentos constitucionais, pondo a Lava Jato em seu lugar devido. Foi alcançada pela luta persistente de nosso campo, junto a imensas forças progressistas e juristas democráticos do Brasil e do mundo. O maior líder popular do país, um dos maiores da história, e mesmo mundial, certamente dará alento às lutas de resistência ativa dos trabalhadores e do povo. Será um polo de articulação dinâmico natural, capaz de conversações com amplo espectro de forças e dinamizará o papel do PT.

Entretanto, não será produtivo manter a dinâmica central da luta da oposição aprisionada na polarização que a partidariza. É evidente a polarização entre projetos para o país e é preciso afirmá-la frontalmente. Mas é preciso ampliar forças. O fato é que nas oposições não há uma leitura alinhada quanto à realidade de forças presentes, além de, como sempre, serem enviesadas pelos interesses partidistas, ainda que legítimos. Colocar no centro, nesta hora, candidaturas presidenciais de 2022 não amplia o combate – aliás, é Bolsonaro que o deseja.

Nesse debate é preciso cotejar também o contexto internacional em que se dão as lutas dos brasileiros. De forma muito sintética, o mundo está prenhe de grandes tensões, resultados de processos de transições de diferentes naturezas e ritmos. O Neoliberalismo senil não tem nenhum novo consenso ou esperança a oferecer à Humanidade; resta-lhe avançar com novas formas de dominação, *iliberais* ou autoritárias fascizantes, para impor o domínio da financeirização do capital sobre as nações e povos.

Estamos em presença também do avanço da indústria 4.0 que desfaz a materialidade e cultura do mundo do trabalho como as conhecemos do século 20 - cresce uma massa de bilhões de pessoas que não terá direito nem sequer a ser explorada mediante um salário e que, ao se olhar no espelho, não se vê como integrante de sua classe. De outra parte, o papel da conectividade ubíqua da internet altera as próprias relações sociais e a formação da consciência social, e já se transformaram em palco da continuação da política como guerra.

São claros os sinais de anomia social e niilismo político, gerando a crise de representação política que toma corpo no mundo. No mundo globalizado, as pessoas apegam-se a identidades e-ou a

causas, sobre as quais se montam estratégias à direita e à esquerda, xenófobas umas, identitárias outras, que fragmentam o sentido de pertencimento de classe e nação.

O mais fundamental, entretanto, é a transição tempestuosa da hegemonia mundial. A globalização neoliberal está em aberta crise, não promoveu desenvolvimento e progresso para a maioria dos povos. Emerge a multipolaridade do mundo, em meio ao multilateralismo.

O eixo de dinamismo econômico se deslocou para a Ásia. A ascensão formidável da China mostra que há sim alternativa ao neoliberalismo. O imperialismo dos EUA, em declínio, reage agressivamente com uma estratégia de guerra contínua e multidimensional de isolamento e cerco à China e a contenção militar da Rússia, dois países em aliança estratégica de grande alcance. O mundo é tomado pela pluralidade de formas de guerra e nova letalidade das armas – guerras híbridas, guerras por procuração, guerras de espectro de dominação total por ar, terra, mar, espaço e cibernética. É um fenômeno histórico que marca todo acontecimento geopolítico e estratégico internacional.

A América Latina e Caribe são o único território de incontrastada hegemonia dos EUA, que a defende ferrenhamente. Há em nosso subcontinente um *claro-escuro* - que não é equilíbrio de forças! - próprio de transições de ciclos em disputa, em que avança uma poderosa contraofensiva imperialista que levou ao cerco à Venezuela e Cuba – que resistem com apoio de parte de seus vizinhos, assim como de Rússia e China -, e a derrotas importantes em vários países – Bolívia, Equador, Uruguai. Mas também, por outro lado, consagram-se a vitórias eleitorais como a do México e da Argentina.

Ao mesmo tempo é crescente sentimento de indignação com os limites insuportáveis a que chega a desigualdade social latino-americana, indignação que se transforma em consciência e promove grandes resistências, como se verifica no Chile, na derrubada do governo títere de Porto Rico, entre outros exemplos. Há espaço para a resistência ativa com a voz das ruas. Há um vulcão de desigualdade e anseios de liberdade e de uma vida melhor, é ainda tempo ainda de grandes enfrentamentos, que chegarão também ao Brasil.

A correlação de forças no Brasil é parte desse contexto. Dada a especificidade do fenômeno bolsonariano como extrema-direita de índole fascizante, uma justa orientação política na luta dos brasileiros precisa centrar fogo contra a escalada autoritária em curso. A defesa da Constituição democrática, do Estado democrático de direitos, das garantias fundamentais, direitos civis e humanos, tem enorme papel para promover a luta da oposição. Liberdade é fundamental para a luta dos povos.

A defesa da democracia é um eixo de unidade das oposições nesta hora. Necessita ser tratada com sentido de urgência, dada a marcha autoritária que se instalou no país. Só uma frente de esquerda não dá conta desse desafio imediato. E sem democracia fica aberto o terreno à aventura bolsonariana.

Esse deve ser o centro de orientação e ação políticas das forças populares e progressistas: liderar e agregar forças de todo tipo, movidas pelas contradições próprias de cada qual, para convergir sob um diapasão único contra o autoritarismo. Esse é o terreno mais desfavorável a Bolsonaro, e o mais favorável para isolá-lo e derrotá-lo em seu radicalismo. Adversários de ontem na agenda e projeto

para o Brasil, continuarão a sê-lo amanhã, mas podem convergir para salvar o Estado de direito e a Política – fora dela, não há saídas.

Democracia é indispensável também para as forças avançadas forjarem uma unidade programática para um *programa inovador e ousado* para levar o país ao desenvolvimento econômico soberano, resgatar o papel indutor de investimentos do Estado nacional e garantidor dos direitos sociais, reindustrializar o país, promover salto na ciência, tecnologia e inovação, sem o que não se pode atender aos reclamos contra a desigualdade e falta de direitos.

Essa unidade é a bandeira da esperança para o Brasil e o povo brasileiro, pois nenhuma outra força pode, isoladamente, levar essa grande gesta patriótica, democrática e popular adiante.

Nesse rumo, há muito sobre o que *refletir, incomodar os pensamentos* estratificados. Deixo apenas quatro questões.

Devemos ser capazes de levar mensagem de perspectivas ao povo em novas formas e conteúdo, dirigindo-nos ao seu cotidiano com a concretude do *Pão, Paz e Terra* de Lênin em seu tempo, para resgatar a confiança que perdemos, nós da esquerda, de grandes parcelas populares nos grandes centros urbanos do país, mostrar-lhe uma vez mais que há outros caminhos para melhorar sua vida, resgatar sua dignidade. Não nos dirigirmos só “aos nossos”, como também ao majoritário *centro social* que não se vê representado em polarização do bem contra o mal, levado mais uma vez a um voto de castigo e não de projeto; massa de milhões que precisa ser disputada na consciência política e conquistada numa nova hegemonia.

Como construir essa nova hegemonia política e cultural, não apenas ganhar eleições sem maioria para governar? Precisamos dos setores organizados, mas também abarcar com nosso discurso os trabalhadores precários, desempregados e subempregados que, ao se olhar no espelho não se veem como integrantes da classe. Não podemos ficar entrincheirados com nossas verdades interditando o esforço de retornar sobre nossos próprios passos e recuperar a confiança perdida de parcelas extensas da população. Precisamos ouvir o povo para sermos ouvidos por ele.

No mesmo rumo, como financiar as máquinas políticas, eleitorais e das lutas sociais preservando o rigor público que, quando violado, dá armas aos adversários para provocar uma fratura moral no povo? Hegemonia representa, hoje, dominar as narrativas no palco das redes sociais, mas atenção: não há campo para ilusões, trata-se de *dominar os algoritmos* das redes, para difundir informação a todo o povo – não apenas em nossas bolhas – e competir no nível em que está dada essa guerra.

Em terceiro, nosso bloco político-social não formulou realmente um *projeto, plano e estratégia* maduros de desenvolvimento. Sem isso, como apresentar um novo ciclo de disputas? É preciso produzir uma autêntica e original Economia Política do desenvolvimento de nossos países dependentes nas condições do mundo contemporâneo, capaz de superar a desindustrialização e o rentismo financeiro no comando da acumulação do capital, com uma política macroeconômica em consonância, encontrar novas formas e papéis para os Estados nacionais que não seja *estatolatria*, promover reformas estruturais e a integração de nosso bloco regional para o desenvolvimento acelerado e soberano que nos tire da condição de países semiperiféricos na divisão internacional do trabalho. Já fomos capazes disso no Brasil, mas não mais se pode repetir aquela experiência perante a configuração atual do capital financeirizado e da geopolítica atual internacional.

Afinal, em tempos assim devemos fazer o mais difícil que há em situações de defensiva estratégica e resistência tática: avançar com coragem na luta de ideias, atualizando teoria e ideologia, desenvolver o pensamento estratégico para as condições contemporâneas em profunda mutação.

A esquerda brasileira não tem todas as respostas para esta época de grandes transições do mundo. Mas não pode se desincumbir do desafio de como subsumir nossas lutas de todos os tipos e qualidades a uma estratégia transformadora una, classista, nacional e socialista. Não devemos nos autoflagelar, mas não podemos aceitar o rebaixamento das reflexões estratégicas se quisermos ser efetivamente forças transformadoras, não apenas possibilistas.